

Relatório

Terceiro Seminário Presencial do Núcleo Lusófono da PATPA

11-14 de Julho 2022, Cidade da Praia, Cabo Verde



Por ordem do



Ministério Federal
do Ambiente, Proteção da Natureza
e Segurança Nuclear

da República Federal da Alemanha

Aviso legal

Como uma empresa de propriedade federal, a GIZ apoia o governo alemão na realização dos seus objetivos no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável.

Publicado por:

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Escritórios registrados em Bona e Eschborn, Alemanha

Friedrich-Ebert-Allee 40
53113 Bonn, Germany
T +49 228 44 60-0
F +49 228 44 60-17 66

Dag-Hammarskjöld-Weg 1-5
65760 Eschborn, Germany
T +49 61 96 79-0
F +49 61 96 79-11 15

E info@giz.de

I <http://www.giz.de>

Projeto:

Projeto de apoio para a implementação do Acordo de Paris.

Este projeto faz parte da Iniciativa Internacional para o Clima (IKI). O Ministério Federal do Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU) apoia esta iniciativa.

Esta atividade foi desenvolvida no âmbito do Núcleo Lusófono, desenvolvido em conjunto pela GIZ, GSP/PNUD e Governo da Bélgica.

Autores:

Gonçalo Cavalheiro
Thiago de Araújo Mendes
Simone Gotthardt

Créditos das fotos e direitos autorais:

GIZ

Em nome de Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear, Berlim.
A GIZ é responsável pelo conteúdo desta publicação.

Berlim, Agosto 2022

CONTEÚDO

1. Introdução	5
2. Informação introdutória	5
2.1 The GIZ SPA-Project – sharing experience and building technical capacity	5
2.2 A Parceria para Transparência no Acordo de Paris (PATPA)	5
2.3 O Núcleo Lusófono	6
3. Atividades do seminário	8
3.1 Objetivos	8
3.2 Participantes e Peritos	8
3.3 Programa / Agenda	8
3.4 Resumo das principais conclusões e lições aprendidas	9
4. Recomendações e Próximos Passos	14
ANEXO 1: Lista de Participantes	16
ANEXO 2: Agenda	22
ANEXO 3: Fotografias	41
ANEXO 4: Principais resultados dos trabalhos em Grupo	44
Angola	44
Brasil	44
Cabo Verde	45
Guiné-Bissau	46
Guiné Equatorial	46
Moçambique	47
Portugal	48
São Tomé e Príncipe	48
Timor Leste	49
ANEXO 5: Avaliação do evento	51
ANEXO 6: Declaração de Praia	58

Acrónimos

AFOLU	Agricultura, Floresta e outros usos do solo
BMU	Bundesministerium für Umwelt, Naturschutz und nukleare Sicherheit (Environment Ministry, Germany)
BUR	Biennial Update Report
BTR	Biennial Transparency Report
GSP-CBIT	Capacity Building Initiative on Transparency
COP	Conference of Parties in the framework of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC)
ETF	Enhanced Transparency Framework (of the Paris Agreement)
GACMO	Greenhouse Gas Abatement Cost Model
GCF	Global Climate Fund (Fundo Verde para o Clima)
GEF	Global Environment Fund (Fundo Global do Ambiente)
GEE	Gás de Efeito de Estufa
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
GST	Global Stocktake (Avaliação Global do Cumprimentos dos objetivos do Acordo de Paris)
IGEE	Inventário de Gases de Efeito de Estufa
P&D / L&D	Perdas e Danos / Loss and Damages
ICA	International Consultation and Analysis
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
LEAP	Low Emissions Analysis Platform
MRV	Monitoria, Reporte e Verificação
NAP	Plano Nacional de Adaptacao (National Adaptation Plan)
NC	National Communication, Comunicações Nacionais
NDC	Contribuição Nacionalmente Determinada
PATPA	Parceria para a Transparência no Acordo de Paris
UNEP	United Nations Environment Programme
UNDP	United Nations Programme for Development

1. Introdução

O Terceiro Seminário Presencial do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência no Acordo de Paris (PATPA), realizado de 11 a 14 de Julho 2022 na Cidade da Praia, Cabo Verde presidiu o objetivo de promover a melhor implementação das decisões vinculadas ao Livro de Regras do Acordo de Paris, em especial aquelas adotadas em Glasgow relevantes para os Países Lusófonos, em especial para adaptação e transparência.

Dois participantes dos nove países lusófonos foram convidados, mais participantes adicionais de Cabo Verde, LuxDev e PNUD Cabo Verde. Assim que resultou uma participação entre 23 e 35 participantes por dia.

De 34 participantes em total, 15mulheres participaram.

O seminário foi realizado por Gonçalo Cavalheiro e Thiago de Araújo Mendes.

A contraparte nacional, o Ministério de Agricultura e Ambiente de Cabo Verde tanto como o Ponto Focal da UNFCCC de Cabo Verde, contribui antes e durante o seminário de maneira substantiva para o a realização sucesso.

2. Informação introdutória

2.1 The GIZ SPA-Project – sharing experience and building technical capacity

Este relatório foi preparado no âmbito do Projeto de Apoio à Implementação do Acordo de Paris (SPA). O Projeto SPA visa permitir que os países parceiros reduzam efetivamente as emissões de gases de efeito estufa, aumentem suas capacidades de adaptação e monitorem e comuniquem isso de forma transparente. No âmbito do projeto, o conhecimento é sintetizado e disseminado e a comunicação entre importantes atores internacionais é facilitada para produzir sinergias para uma implementação eficiente do Acordo de Paris.

Em nome do Ministério Federal Alemão do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU), o SPA trabalha como um serviço de assessoria política global na interface entre a política climática internacional alemã e a cooperação para o desenvolvimento. A Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) está implementando o projeto SPA. A GIZ identifica, desenvolve e dissemina conceitos, ferramentas, boas práticas e narrativas para a implementação de NDCs e sistemas de transparência. A APS contribui assim para o aprendizado internacional e estabelece vínculos entre as agendas de ação climática, preservação da biodiversidade, redução do risco de desastres, transformação da Economia Verde e as Metas de Desenvolvimento Sustentável (SDGs).

O projeto oferece apoio climático aos países parceiros, entre outras iniciativas climáticas globais, tais como a Parceria NDC, a Parceria Global de Estratégias de Desenvolvimento de Baixas Emissões (LEDS GP) e a Parceria sobre Transparência no Acordo de Paris (PATPA).

2.2 A Parceria para Transparência no Acordo de Paris (PATPA)

A Parceria para Transparência no Acordo de Paris (PATPA) visa promover uma ação climática ambiciosa por meio de intercâmbios práticos a fim de atingir o objetivo de manter o aumento da temperatura global bem abaixo de 2º Celsius e buscar esforços para limitar o aumento a 1,5º Celsius. O PATPA é uma aliança aberta que envolve os países no intercâmbio prático e no diálogo político sobre transparência climática, bem como na construção de confiança

mútua. O projeto de apoio para a implementação do Acordo de Paris (SPA) hospeda a secretaria do PATPA.

O PATPA fortalece a capacidade dos países parceiros de implementar os requisitos de transparência da UNFCCC e do Acordo de Paris. Como tal, o foco principal do PATPA está na implementação do Quadro de Transparência Reforçada (ETF) e na facilitação do intercâmbio entre negociadores do clima, formuladores de políticas, doadores e profissionais para maior transparência.

Graças aos formatos online, eventos globais, regionais e nacionais e gestão de conhecimento, a Parceria ajuda países parceiros em cinco grupos regionais - Grupo Regional Asiático, Grupo Regional Africano Anglófono, Núcleo Francófono, Núcleo Lusófono, Grupo Regional Latino-Americano e Caribenho - a estabelecer sistemas de transparência ambiciosos e alcançar resultados e resoluções justos nas negociações climáticas. Por meio de seus grupos regionais, a Parceria busca aprimorar a cooperação e o intercâmbio com vários parceiros em uma região específica.

Além disso, o PATPA oferece apoio direto aos países parceiros nas áreas de desenvolvimento de capacidades e assistência técnica. Sob nosso Climate Helpdesk, assistência técnica rápida e de alta qualidade é fornecida aos países em desenvolvimento para aprimorar seus NDCs, Estratégias de Desenvolvimento e Baixas Emissões de Longo Prazo (LT-LEDS) e sistemas de transparência.

2.3 O Núcleo Lusófono

O Núcleo Lusófono da Parceria sobre Transparência no Acordo de Paris foi criado durante do COP 22, em novembro de 2016. Em particular, o Núcleo Lusófono tem como objetivo promover o intercâmbio de experiências entre os países de língua portuguesa e fortalecer as capacidades a fim de cumprir as obrigações de comunicação e transparência incluídas no âmbito da UNFCCC e seu Acordo de Paris. O Núcleo Lusófono é formado a partir da identificação da existência de algumas das principais lacunas enfrentadas pelos países lusófonos na atualização de suas Comunicações Nacionais e seus Relatórios Bienais de Atualização estão relacionadas ao desenvolvimento e manutenção de seus inventários nacionais de emissões ao longo do tempo, bem como ao estabelecimento de sistemas de Medição, Relato e Verificação (MRV) sólidos. Os principais desafios estão relacionados à implementação de arranjos institucionais adequados e à criação e manutenção de capacidades técnicas sustentáveis para informar e apoiar políticas nacionais sobre mudança do clima, bem como para cumprir os requisitos de relatórios internacionais estabelecidos pela UNFCCC.

Para superar essas deficiências, o Ministério Federal de Saúde, Segurança da Cadeia Alimentar e Meio Ambiente da Bélgica, bem como o Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Segurança Nuclear e Defesa do Consumidor (BMUV) no âmbito da PATPA e o Programa de Apoio Global que é implementado em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apoiam esta iniciativa para aprimorar a cooperação Sul-Sul nos países da língua portuguesa. O grupo atualmente compreende 9 países e está aberto a todos os países com interesse em peer-learning sobre os temas da parceria. A língua de trabalho é o português.

O Núcleo facilita a troca de conhecimento por meio de uma ampla gama de ferramentas e mecanismos (por exemplo, redes virtuais, eventos virtuais, workshops temáticos, trocas bilaterais etc.), fornecendo apoio técnico, entre outros nas seguintes áreas:

- Diferentes modelos de arranjos institucionais para atender aos requisitos de relatórios da UNFCCC.
- Compartilhar estratégias de implementação para operacionalizar os componentes dos sistemas nacionais de inventário de GEE.
- Fortalecimento e capacitação no uso das Diretrizes 2006 do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (IPCC).
- Sistemas, processos e arranjos de MRV.
- Abordar barreiras comuns à coleta de dados e à implementação de sistemas de controle e garantia de qualidade.
- Realizar avaliações de especialistas e exercícios simulados dos inventários de GEE e de outras áreas relevantes.
- Tópicos relevantes associados às questões de MRV e Transparência relacionados à UNFCCC e seus instrumentos relacionados, incluindo o Acordo de Paris, inclusive para apoiar na avaliação da mitigação de GEE alcançada pelos NDCs e NAMAs dos países parceiros.

Em seu período inicial, o Núcleo organizou workshops presenciais gerais e virtuais onde os representantes dos países tiveram a oportunidade de compartilhar conhecimentos, lições aprendidas, desafios e experiências nos seguintes itens, entre outros:

- Arranjos gerais de MRV sob a UNFCCC;
- Inventários de GEE e diretrizes do IPCC;
- Comunicações Nacionais e Relatórios Bienais de Atualização;
- Arranjos sustentáveis para definir estratégias de REDD+;
- Acordos gerais de transparência do acordo de Paris;
- Uso de imagens de satélites para elaborar inventários de emissões de GEE para o setor florestal.

Além disso, o Núcleo Lusófono, com o apoio do GSP, Grupo Consultivo de Especialistas da UNFCCC (Consultative Group of Experts – CGE), especialistas técnicos brasileiros e o apoio do Governo da Bélgica e da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) conseguiram traduzir entre outros os seguintes documentos para a língua portuguesa:

- Materiais de treinamento do CGE sobre as diretrizes de inventário de GEE do IPCC 2006;
- Manual MRV da UNFCCC;
- Relatório Especial do IPCC sobre aumento de 1,5º Celsius;
- Manual ETF CGE.
- Lista de controle para elaboração da NDC; desenhada para facilitar a elaboração, coordenação e entrega do NDC.

3. Atividades do seminário

3.1 Objetivos

O objetivo que presidiu à organização do seminário foi promover a melhor implementação das decisões vinculadas ao Livro de Regras do Acordo de Paris, em especial aquelas adotadas em Glasgow relevantes para os Países Lusófonos, em especial para adaptação e transparência. Especificamente, pretendeu-se:

- Analisar as decisões de Glasgow identificando oportunidades, desafios, riscos e benefícios de sua implementação para estabelecer arranjos institucionais sustentáveis nos Países Lusófonos;
- Formar tecnicamente lideranças nas instituições nacionais dos Países Lusófonos para que sejam capazes de identificar as oportunidades, desafios, riscos e benefícios na implementação do Livro de Regras do Acordo de Paris, em especial das decisões de Glasgow, em especial para adaptação e transparência que ainda serão concluídas na COP 27;

3.2 Participantes e Peritos

O Seminário foi desenhado, acima de tudo, como um instrumento de partilha, troca de experiências e de expectativas. Assim sendo, por desenho, os participantes do seminário são os peritos especialistas. Os moderadores tiveram como principal função transmitir informação básica para garantir que todos os participantes tinham uma base mínima comum, para além de terem como função garantir e promover a discussão e a partilha entre os participantes.

3.3 Programa / Agenda

A agenda do seminário foi construída seguinte escrupulosamente o pedido dos países do Núcleo Lusófono, tal como foi discutido em várias reuniões prévias, nomeadamente durante a sessão dos órgãos subsidiários da CQNUAC, em Bona, Junho 2022.

Os temas cobertos foram:

- O Livro de regras do Acordo de Paris e decisões sobre Adaptação Parte I - Transparência e Submissão da Comunicação de Adaptação
- O Livro de regras do Acordo de Paris e decisões sobre Adaptação Parte II - Transparência e decisões relativas a Perdas e Danos resultantes dos impactos adversos das mudanças do clima, considerando a vulnerabilidade do país aos eventos extremos
- O Livro de regras do Acordo de Paris e decisões sobre Transparência e Financiamento
- Entidades Nacionais, arranjos institucionais para financiamento e oportunidades junto aos mecanismos financeiros da Convenção (Fundo Global do Ambiente – GEF e Fundo Verde para o Clima - GCF e Fundo de Adaptação)
- Arranjos institucionais de transparência, inclusive sobre outras abordagens de Pagamentos por Resultados tais como REDD+ (Artigo 5 do Acordo de Paris) e

reflexões sobre as Decisões de Glasgow sobre o Artigo 6, em especial sobre o 6.8 para apoiar ações de adaptação.

- Processo de revisão de BTR e importância de elaboração do Planos Nacionais de Trabalho para temas de Transparência, Adaptação e melhoria contínua.
- Avaliação dos Resultados dos processos de negociação sobre Transparência e Adaptação até “Bonn Climate Change Conference” realizado em Junho de 2022
- Debate e definições sobre os próximos passos dos times dos países lusófonos frente ao processo de negociação e expectativas para o tema de Adaptação e Transparência na COP 27 no Egito.

Teve ainda lugar uma sessão especial dedicada ao **Observatório do Clima da CPLP**.

3.4 Resumo das principais conclusões e lições aprendidas

O Livro de regras do Acordo de Paris e decisões sobre Adaptação Parte I - Transparência e Submissão da Comunicação de Adaptação

O reporte da informação relativa a impactos, vulnerabilidade e adaptação através dos diferentes veículos previstos na Convenção e no Acordo de Paris, contribui significativamente para o alinhamento de prioridades dos *stakeholders* internos e externos com as prioridades do país.

Em particular, a informação reportada sobre impactos, vulnerabilidade e adaptação é fundamental para garantir que a cooperação internacional e o financiamento climático é baseado nas necessidades e prioridades definidas pelo país.

A discussão revelou que cada país detém um maná de informação significativo que lhe permitirá avançar para a preparação do BTR. Esta informação está contida em diferentes documentos, incluindo comunicações nacionais, BURs, NAPs e outros documentos de planeamento estratégico. Para além disso, cada país identificou ainda diversos projetos de adaptação cuja informação produzida será também útil e deverá também ser vertida nos BTR.

Da discussão resultou também claro que não existe ainda, na maior parte dos países, uma visão definida sobre a comunicação de adaptação, em particular qual formato escolher.

Importa realçar que os países deverão minimizar a duplicação de esforço e consequente desperdício de recursos, devendo – tal como previsto nas diretrizes – fazer referência a qualquer outro documento submetido à Convenção que contenha a informação relevante.

O Livro de regras do Acordo de Paris e decisões sobre adaptação Parte II - Transparência e decisões relativas a Perdas e Danos resultantes dos impactos adversos das mudanças do clima, considerando a vulnerabilidade do país aos eventos extremos

Tal como acontece na comunidade internacional, os países do Núcleo Lusófono têm sérias dúvidas sobre o que são Perdas e Danos resultantes dos impactos adversos

das mudanças do clima, pelo que não se afigura óbvio perceber o que deverá ou poderá ser reportado no BUR.

Os países expressaram fortes questões metodológicas (para além de toda a problemática política), na definição de Perdas e Danos e no traçar de uma fronteira entre adaptação e Perdas e Danos.

Os países notaram que, ao contrário do que acontece para o IGEE – para o qual existem metodologias e diretrizes muito precisas – e tal como acontece para adaptação, a falta de metodologias para Perdas e Danos representa um peso importante para os países em desenvolvimento, em particular os menos desenvolvidos.

Os participantes discutiram ainda que abordagem tomar: reportar, mesmo sem grande segurança metodológica do que está a ser reportado ou aguardar por avanços metodológicos antes de reportar? O grupo concluiu que “não reportar é diferente de não existirem perdas e danos” e que tal poderá ser uma abordagem a seguir: indicar no relatório que o país sofrerá com Perdas e Danos mas que não existe ainda capacidade para as reportar. Alguns participantes notaram, no entanto, que não incluir informação sobre Perdas e Danos poderá impactar a respetiva consideração no âmbito do Global Stocktake (Avaliação Global do Cumprimentos dos objetivos do Acordo de Paris)

O Livro de regras do Acordo de Paris e decisões sobre Transparência e Financiamento

A maior parte dos países do Núcleo Lusófono tem pouca experiência na recolha de informação sobre apoio recebido. Com as devidas exceções, esta falta de experiência prende-se com a falta de submissão de BURs onde esta informação já é solicitada.

No entanto, a totalidade dos países considera que a informação sobre apoio recebido esta, de modo geral, acessível, ainda que espalhado por diferentes entidades. A necessidade de criar um sistema que permita a respetiva recolha de modo regular e atempada foi identificada por todos. Em particular, os participantes notaram dificuldade na recolha de informação relativa ao apoio recebido por entidades não-públicas. A relação com os parceiros da cooperação parece ser a forma mais imediata de abordar esta questão.

A menor atenção dada à questão do relato do apoio necessário é potencialmente demonstrativa da importância que os países atribuem a esta matéria. No entanto, convém realçar que o relato detalhado das necessidades de apoio financeiro, técnico e tecnológico poderá ser extremamente vantajoso para o país na captura desse mesmo apoio.

Observatório do Clima da CPLP

Após a apresentação por parte do projeto do Observatório do Clima, os participantes teceram os seguintes comentários:

- Importa que o Observatório do Clima facilite o cumprimento das obrigações de reporte no âmbito da Convenção e do Acordo de Paris e que não se constitua como uma obrigação adicional;
- A seleção de pontos focais foi, na maioria se não em todos os casos, feita à revelia das autoridades não se revendo esta nas pessoas selecionadas e/ou não lhes reconhecendo competência ou autoridade para fornecerem dados ao Observatório em nome do país (em particular quando não são conhecidos os procedimentos para submissão e validação da informação);
- As fontes de informação do Observatório do Clima deverão ser oficiais, incluindo as Comunicações Nacionais (NC), os BURs e no futuro os BTRs; questionou-se a compatibilidade ou a coerência de informação produzida no contexto académico com a informação oficial;
- Neste contexto, a seleção de indicadores deverá ser revista de modo a que estes possam ser extraídos das fontes referidas acima de modo a não criar trabalho adicional aos países;
- De modo a aumentar a utilidade do Observatório do Clima, a iniciativa deverá ser direcionada para os interesses dos países, nomeadamente através de um mapeamento de sinergias com os esforços nacionais;
- O Observatório poderia constituir-se como um repositório de eventos extremos nos países lusófonos, no contexto de uma melhor compreensão destes e da sua relação com a questão de Perdas e Danos;
- O Observatório poderia também constituir-se como um mecanismo para fomentar a contribuição dos países da CPLP para o IPCC, nomeadamente no que diz respeito ao reconhecimento de fatores de emissão nacionais.

Em suma, os participantes recomendaram que a iniciativa dê dois passos atrás para poder dar três passos à frente.

Entidades Nacionais, arranjos institucionais para financiamento e oportunidades junto aos mecanismos financeiros da Convenção (Fundo Global do Ambiente – GEF e Fundo Verde para o Clima - GCF e Fundo de Adaptação)

As seguintes entidades apresentaram as suas iniciativas e identificaram as principais oportunidades para apoiar os países do Núcleo Lusófono:

- UNEP – CBIT/GSP
- PATPA – Helpdesk
- PNUD – Climate Promise
- Outras iniciativas: governo Belga; GEF; GCF; Fundo Adaptação

As necessidades de cada país e respetiva ligação a estas iniciativas estão descritas em anexo a este relatório.

As prioridades conjuntas que resultaram desta discussão estão descritas nas recomendações deste relatório.

Especificamente no respeitante ao apoio financeiro do GEF para elaboração dos BTR, ficou claro para os participantes que o acesso está pendente da submissão do último relatório para o qual foi desembolsado apoio. Os participantes tomaram consciência de que o financiamento para a submissão bienal de relatórios está disponível e que é perdido cada sempre que se perde a oportunidade de submeter um relatório e pedir financiamento para o seguinte. Os participantes enfatizaram a

necessidade de submeter os relatórios atempadamente, ainda que com áreas a melhorar, de modo a que possam aceder aos fundos do GEF.

Arranjos institucionais de transparência, inclusive sobre outras abordagens de Pagamentos por Resultados tais como REDD+ (Artigo 5 do Acordo de Paris) e reflexões sobre as Decisões de Glasgow sobre o Artigo 6, em especial sobre o 6.8 para apoiar ações de adaptação.

Processo de revisão de BTR e importância de elaboração do Planos Nacionais de Trabalho para temas de Transparência, Adaptação e melhoria continua.

Na medida em que parte significativa dos países do Núcleo Lusófono ainda não submeteu o seu BUR, a maior parte destes países ainda não teve a experiência de participar numa revisão dos seus relatórios (a exceção são Portugal, Brasil e Guiné-Bissau).

A discussão foi fundamentalmente baseada na partilha da experiência de Portugal e do Brasil.

Estes países notaram que a sua experiência de participação nas revisões e interação com as equipas de revisão tem sido muito positiva e tem contribuído significativamente para a melhoria não só do inventário de GEE mas também dos restantes relatórios sujeitos a revisão. Os países notaram que as recomendações e áreas com necessidade de construção de capacidades identificadas pelas equipas de revisão confirmam ou complementam as lacunas já identificadas pelo país no próprio relatório.

No que diz respeito ao princípio da melhoria continua, os participantes foram bastante enfáticos ao realçar que no âmbito da ETF, ainda mais que no âmbito do quadro de MRV anterior, é fundamental cumprir o prazo de submissão dos relatórios, identificando nos mesmos as áreas a melhorar nas próximas submissões, continuando a trabalhar no mesmo logo “no dia a seguir à submissão do anterior.”

Neste contexto e tendo em conta as experiências partilhadas, reveste-se da maior importância que os países elaborem um plano de melhorias a aplicar nos seus relatórios, incluindo a identificação de necessidades de apoio e que o incluam nos respetivos BTR.

Avaliação dos Resultados dos processos de negociação sobre Transparência e Adaptação até “Bonn Climate Change Conference” realizado em Junho de 2022 e Debate e definições sobre os próximos passos dos times dos países lusófonos frente ao processo de negociação e expectativas para o tema de Adaptação e Transparência na COP27 no Egito.

As questões de transparência na COP27 ocupam um lugar de menor destaque em virtude maioria das decisões necessárias à implementação da ETF terem já sido adotadas.

Na COP27 importará, tal como referido na apresentação do secretariado da UNFCCC acompanhar o estado de desenvolvimento dos programas informáticos

que darão apoio à submissão dos inventários e dos BTR. Para além disso, na COP27 deverão ser adotadas as modalidades e diretrizes para a revisão voluntária da informação relativa a impactes, vulnerabilidade e adaptação incluída no BTR.

Na discussão, os países genericamente foram da opinião que a revisão desta informação poderá ser importante para melhorar a sua qualidade e para melhorar a qualidade do planeamento e implementação de medidas de adaptação.

Declaração de Praia

Aproveitando o espírito de cooperação aberta e de partilha intensa que se viveu no 3º Seminário Presencial do Núcleo Lusófono da PATPA, os participantes decidiram elaborar e aprovar a Declaração de Praia que se encontra anexa a este relatório.

4. Recomendações e Próximos Passos

As seguintes necessidades de apoio comuns aos países do Núcleo Lusófono foram identificadas pelos participantes a partir da identificação das necessidades prioritárias de cada país:

- Apoio na definição e implementação de um sistema de gestão de informação (base de dados / observatório), podendo considerar-se o sistema brasileiro – SIRENE, como um caso de estudo.
- Formação / capacitação nos seguintes temas:
 - Inventário, incluindo incerteza e fatores de emissão nacionais (também para o setor AFOLU)
 - Implementação do national-owned sistema de MRV/Transparência
 - Planeamento e Produção de Relatórios (apoio na aplicação da ferramenta BTR)
 - Modelação / Projeções
 - LEAP
 - GACMO
 - Outros
 - Modelação climática – impactes e vulnerabilidades
- Revisão técnica dos relatórios
 - Revisão por pares dos BUR/BTR
 - Simulação de ICA / Revisão Técnica
 - Preparação para o curso de revisores
- Relatórios técnicos sobre
 - Perdas e danos
 - Degradação

No que diz respeito ao encontro conjunto da Núcleo Lusófono com o Grupo Regional da America Latina e do Caribe, os participantes apelaram a que este fosse desenhado de modo a promover uma troca aberta de experiências e de boas práticas, com ênfase nos co-benefícios entre mitigação e adaptação. Especificamente, os participantes referiram a importância de abordar questões metodológicas para a estimativa de tais co-benefícios.

Referiram ainda querer abordar a questão de Perdas e Danos, nomeadamente abordagem lusófona à inclusão de informação sobre Perdas e Danos no primeiro BTR, com base num Relatório Técnico a preparar atempadamente.

Os países indicaram as seguintes áreas nas quais poderiam partilhar as respetivas experiências:

- São Tomé e Príncipe: resultados (impactos) do apoio recebido
- Brasil: Plano Agricultura Baixo Carbono
- Angola: vulnerabilidade, adaptação e mitigação em mangais e zonas costeiras
- Timor-Leste: perdas e danos

- Cabo Verde: Nexus Energia e Água e projeto REFLOR (Reforço da capacidade de adaptação e resiliência do setor florestal)
- Guiné-Bissau: Agricultura Inteligente
- Portugal: Roteiro de Adaptação
- Moçambique: Integração dos PLA (Planos Locais de Adaptação) no Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE)

Foi referido que seria desejável Portugal organizar uma visita de campo e prepararem-se posters sobre os temas acima.

Alguns participantes notaram ainda que se podia aproveitar a deslocação a Lisboa para este evento, acrescentar mais dois dias e fazer trabalho no contexto do Núcleo Lusófono.

Os seguintes participantes manifestaram interesse em receber o próximo Seminário presencial do Núcleo Lusófono:

- São Tomé e Príncipe
- Moçambique
- Timor-Leste

ANEXO 1: Lista de Participantes

Nome	M/F	Instituição	Posição	País	Participado			
					Julho, 11	Julho, 12	Julho, 13	Julho, 14
Abias Moma Huongo	M	Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente	Técnico - Direcção Nacional do Ambiente e Acção Climática (DNAAC)	Angola	x	x	x	x
Adilson Fragoso	M	MRA / DNA	Coordenador do Programa Ozono	Cabo Verde	x	x	x	x
Águeda de Burgo	F	Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)	Diretora Nacional do Ambiente	Cabo Verde	x	x	x	x
Aksana Paula dos Santos Barros Mota	F			Guiné-Bissau	x	x	x	x



Alexandre	M	Ministério da Agricultura e Ambiente - DGASP	Técnico	Cabo Verde	x			
Aline Reandall	F	INIDA (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário INIDA)	Assistente de Investigacao	Cabo Verde	x	x		
Anedito Zico Costa	M	MAA - INMG	Técnico	Cabo Verde	x	x	x	
Antonio Pansau N'dafa	M			Guiné-Bissau	x	x	x	x
Araceli Ndo Mico	F			Guiné Equatorial	x	x	x	x
Artur Jorge de Lima Trindade	M	Direcao Nacional para Alteracoes Climáticas	Chefe de Departamento	São Tomé e Príncipe	x	x	x	x
Carlos Moniz	M	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica - INMG	Ponto Focal da UNFCCC	Cabo Verde	x	x	x	x



Cesária Gomes	F	DNA - Cabo Verde		Cabo Verde	x	x	x	x
Claudio dos Santos Quenhe	M	Direcao Nacional de Mudancas Climáticas	Pesquisador	Moçambique	x	x	x	x
Darnel de Sousa Baia	M	NDC Partnership / Direcao-Geral do Ambiente		São Tomé e Príncipe	x	x	x	x
Dr. Miguel M Moura	M	Secretariado de Estado da Economia Agrária - Cabo Verde		Cabo Verde	x			
Eduardo Jorge da Silva Baixo	M	Ministério da Terra e Ambiente - Governo de Mocambique	Chefe de Departamento	Moçambique	x	x	x	x
Eduardo Santos	M	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	Chefe de Departamento	Portugal	x	x	x	x



Eleneide Doff Sotta	F	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Assessora Técnica	Brasil	x	x	x	x
Floresvindo Furtado	M	DNA		Cabo Verde	x			x
Franchesca Bere	F	PNUD - Cabo Verde		Cabo Verde	x			
Gonçalo Cavalheiro	M	CAOS Sustentabilidade	Consultor	n.a.	x	x	x	
Inês Mourão	F	LuxDev - Cabo Verde	Coordenadora Programa Ação Climática	n.a.	x	x	x	x
Jaqueline Pina	F	Ministério de Energia	Técnico		x	x	x	x
Joana Lopes	F	REJA	Presidente	Cabo Verde	x			
Joaquim de Sá Abrão	M			Timor Leste	x	x	x	x



José Luís Mba	M	Ministério da Agricultura - Guiné Equatorial		Guiné Equatorial	x	x	x	x
Julio Rodrigues	M	INSP/M - Cabo Verde		Cabo Verde	x			
Lidiane Rocha de Oliveira Melo	F	Ministério da Ciencia, Tecnologia e Inovacao	Tecnologista Plena	Brasil	x	x	x	x
M. Celeste Benchimol	F	PNUD - Cabo Verde		n.a.	x			
Oscar Soares	M			Timor Leste	x		x	x
Simone Gotthardt	F	Núcleo Lusófono (PATPA)	Advisor	n.a.	x	x	x	x
Souré Lopes	F	PNUD - Cabo Verde		Cabo Verde	x			
Telma Veiga	F	Cabeolica	Responsável - Área Ambiental e Social	Cabo Verde	x			
Thiago de Araújo Mendes	M	Núcleo Lusófono (GSP/UNDP)	Coordenador de Apoio Técnico	Brasil	x	x	x	x



Vitor Gois Ferreira	M	UNFCCC	Team lead	Brasil				x
					34	24	24	24

ANEXO 2: Agenda

Durante o Seminário a agenda sofreu algumas alterações face ao que se descreve abaixo.

AGENDA GUIA PARA O 3º SEMINÁRIO PRESENCIAL DO NÚCLEO LUSÓFONO

Lugar: Pestana Trópico, Cidade de Praia, Cabo Verde

Dia 1: Segunda-feira, 11 de julho 2022

Hora início	Duração	Nome do ponto de agenda	Facilitador / Orador	Notas substantivas e processuais	Notas técnicas de moderação
8:00	30'	Registo dos participantes	SG, TM & GC	A Lista de 20 nomes dos participantes indicados pelos Pontos Focais dos 9 países da CPLP, assim como dos Facilitadores e organizadores do seminário está disponível. Porém, a lista dos 20 participantes adicionais indicadores pelo Ministério da Agricultura e Ambiente ainda não foi encaminhada. Sugere-se que enquanto o cadastramento dos participantes seja realizado, o teste da conexão Zoom com Fátima e Miriam seja realizado. Sugere-se que seja testado o sistema de audio da sala de reuniões ainda no domingo.	Serão preparados cartões com nomes (badges) para aqueles que já temos a lista (podemos solicitar etiquetas adesivas ao hotel e colá-las nos cartões). Para os demais participantes solicitamos que os mesmos escrevam diretamente os nomes e país/instituição nos cartões.
Cerimónia de Abertura					
8:30	50'	Cerimónia de abertura Cerimónia de Abertura na manhã do dia 11 de Julho a partir das 8h30 (hora de Cabo Verde) e teremos 3 oradores e um moderador	TM	Moderação/Introdução: Dr. Thiago Mendes, Núcleo Lusófono PNUD/ Projeto via <i>Climate Promise</i> apoiado pelo Governo da Bélgica. 10' - Dra. Simone Gotthardt, Núcleo Lusófono PATPA Apoiado pelo Governo da Alemanha	A sessão está prevista para começar às 8h30 e por segurança estamos separando 50 minutos para cobrir toda a Cerimónia de Abertura na agenda final, considerando que eventuais atrasos podem ocorrer. Sugerimos testar as conexões de áudio e vídeo entre 8:00 e 8:30 para garantir que o equipamento em ambas as extremidades esteja funcionando corretamente. Thiago enviou o Link



				10' Dra. Miriam Hinostroza Soares, Chefe da Unidade de Ação Climática Global. UNEP (Conectado online via Zoom) 10' Dr. Miguel Moura, Sr. Secretário de Estado da Economia Agrária – Cabo Verde	do Zoom para as agendas do Outlook de Miriam e Fátima-Zaira. Ver link abaixo: https://us02web.zoom.us/j/83420610728?pwd=OCTidWxkUGVSc01ydE1QMjJBeWpKQT09 ID da reunião: 834 2061 0728 Senha de acesso: 759319
9:20	30'	Quebra-gelo apresentação participantes	e dos TM & SG	Podemos usar algumas das questões da check list da Fátima para este jogo. Por exemplo: Quem já publicou pelo menos um BUR/BR? Os representantes destes países vão para um lado da sala. Aí aproveitamos para pedir que se apresentem. Outras perguntas: Quem tem um BUR/BR/CN pronto ou quase pronto há mais de um mês e ainda não submeteu? Quem adotou um instrumento legal para o estabelecimento de um sistema nacional de transparência / MRV?	Verificar se a disposição das cadeiras na sala seria uma barreira para realizar a dinâmica, ou se é melhor solicitar avancem para a frente da sala. Ao final da Apresentar os Slides da retrospectiva 18 meses do NL.



				Quem não está a representar um país?	
O Livro de regras do Acordo de Paris e decisões sobre Adaptação Parte I - Transparência e Submissão da Comunicação de Adaptação					
9:50	15'	Principais aspetos das MPGs de Transparência relativamente a adaptação	GC	Dotar os participantes de informação para promover a discussão. Apresentar os requisitos das MPGs relativamente a adaptação. Apresentar a “nuvem de adaptação,” enfatizar as interligações e demonstrar como os diferentes tipos de documentos de planeamento podem ser usados para dar resposta às MPGs.	Apresentação powerpoint
10:05	10'	Perguntas e Respostas	GC	Perguntas de esclarecimento, a discussão técnica deverá ser adiada para depois do exercício em grupo.	
10:15	20'	PAUSA			
10:35	25'	Trabalho a pares: documentos de planeamento e principais projetos de adaptação existentes no país.	GC	Os participantes de cada país identificam os principais documentos (estratégias, planos, estudos) relativos a adaptação, bem como os principais projetos, distinguindo entre documentos e projetos adotados / finalizados, em preparação/implementação ou em planeamento. Os participantes escrevem o nome de cada documento/projeto num cartão colorido.	Marcadores e cartões coloridos Cartões de cores diferentes para projetos/documentos finalizados, em preparação e em planeamento.
11:00	40'	Apresentação ao plenário	GC	Um representante por país apresenta a listagem dos seus documentos / projetos durante 5 minutos. Havendo tempo pode fazer uma breve descrição, pelo menos dos mais importantes.	À medida que vão lendo os cartões entregam-nos ao moderador que os vai colocando no painel em forma de nuvem em torno de um cartão com o nome do país já previamente colocado no painel.



					Cartões com nome do país Painel + alfinetes ou parede e fita cola / bostik.
11:40	30'	Discussão facilitada	GC e TM	Discutir sobre o apresentado anteriormente, focando na forma como os países tencionam usar a informação disponível para corresponder às MPGs. Direcionar a discussão no sentido de perceber qual é o caminho que os países estão a pensar seguir: NDC, Comunicação de Adaptação, NAP, BTR, um mix...	GC e TM facilitam e promovem a discussão em conjunto, lançando perguntas e incentivando os participantes a intervir com respostas, comentários ou perguntas adicionais.
12:10	30'	Mensagens-chave		2 grupos com 1 representante de cada país, escrevem duas frases (máximo) com a principal mensagem / conclusão das discussões & 3º grupo com os participantes de Cabo Verde;	
12:40	10'	Apresentação das mensagens-chave		Mensagens escritas em cartão colorido.	Mensagens afixadas no painel / parede em torno de um cartão previamente colado com referência a Adaptação
13:00	60'	Almoço			
O Livro de regras do Acordo de Paris e decisões sobre Adaptação Parte II - Transparência e decisões relativas a Perdas e Danos resultantes dos impactos adversos das mudanças do clima, considerando a vulnerabilidade do país aos eventos extremos.					
14:00	10'	Introdução ao tema	TM	Explicar a sessão da tarde e apresentar dois ou três aspetos-chave sobre Perdas e Danos	
14:10	30'	Preocupações, expectativas e experiências dos países relativamente a Perdas e Danos	TM	Discussão facilitada para troca de experiências, conhecimento e perceber qual o estado de preparação dos países relativamente a Perdas e Danos	Apresentação powerpoint
14:40	10'	Perdas e Danos e as Diretrizes de Transparência	TM	Apresentação sobre os requisitos incluídos nas diretrizes de transparência relativamente a perdas e danos	



14:50	40'	Discussão facilitada	TM	Ponto 1: Qual é a experiência dos seu país sobre o que é perdas e danos? Ponto 2: Já houve tentativa de relatar tais questões? Se as diretrizes são tão abertas sobre o conteúdo da informação sobre perdas & danos, e não há uma metodologia consagrada (ex. Como há o IPCC GHG Inventories Guidelines) qual é a melhor forma de cooperar sobre o assunto?	
15:30	20'	Pausa			
15:50	35'	Discussão facilitada	TM	Recomendações sobre as definições de quais metodologias a serem abordadas para a Minimização, Prevenção e abordagem em P&D: 1) Impactos; 2) Vulnerabilidade; 3) Ações de Adaptação;	
16:25	20'	Exercício de construção de confiança	GC	Desenhar um logo para o núcleo lusófono da PATPA Grupos de 5 pessoas desenham uma proposta de logotipo durante 15 minutos. Os restantes 5 minutos são para apresentar a proposta. As propostas ficam expostas e os participantes votam na preferida (no dia seguinte)	Papel Marcadores Dots para a votação
16:45	20'	Mensagens-chave	GC	2 grupos com 1 representante de cada país, escrevem duas frases (máximo) com a principal mensagem / conclusão das discussões.	
17:05	20'	Apresentação das mensagens-chave	GC	Mensagens escritas em cartão colorido.	Mensagens afixadas no painel / parede em torno de um cartão



					previamente colado com referência a Perdas e Danos
17:25	5'	Avaliação intermédia do evento	GC		
17:30		Encerramento do dia	SG		



Dia 2: Terça-feira, 12 de Julho, 2022

Hora	Duração	Nome do ponto de agenda	Facilitador / Orador	Notas substantivas e processuais	Notas técnicas de moderação
8:00	Abertura da sala				
8:30	10'	Abertura	GC e TM	Breve sumário do dia anterior Apresentação da agenda do dia	
8:40	20'	Atividade de construção de confiança	GC	Passeio de olhos vendados (ver condições no hotel – no jardim) Ou 11. Island survival To start, break employees up into groups of three or four people and give them a list of twenty random objects. The groups then have 10 to 15 minutes to decide on five items they would bring with them to help them survive on a deserted island. Then, each team gives a presentation to the other groups on which five items they chose and why. Ou Jogo do Abecedário Climático	São necessárias vendas



				1 pessoa diz o abecedário em voz baixa. Outra diz stop. Todos os outros têm que escrever o máximo de palavras relacionadas com transparência (português ou inglês) começadas pela letra do stop até que alguém diga stop (esse alguém acha que escreveu mais que todos os outros e quer tentar a sua sorte a ganhar o jogo) (se estiver a demorar muito, o moderador diz stop). Moderador depois pergunta quantas palavras cada um escreveu. Se alguém tiver escrito menos do que as que alguém disse já ter escrito, não vale a pena dizer porque já não poderá ganhar a ronda, a não ser por repescagem. A pessoa que afirma ter mais palavras lê-as em voz alta. Se alguma palavra não for aceite pelo grupo. A pessoa perde a vez e passamos para a pessoa com o segundo mais alto número de palavras. Ganha a ronda a que disser mais palavras não disputadas.	
O Livro de regras do Acordo de Paris e decisões sobre Transparência e Financiamento					
9:00	15'	Principais aspetos das MPGs de Transparência relativamente a <i>Support</i> , incluindo financiamento, CB e TT	GC	Dotar os participantes de informação para promover a discussão. Apresentar os requisitos das MPGs relativamente a <i>Support</i>, incluindo financiamento, CB e TT. Incluir CTF.	Apresentação powerpoint



9:15	10'	Perguntas e respostas	GC		
9:25	30'	Exercício em pares nacionais		Os participantes são convidados a analisar uma tabela do CTF e a fazer uma avaliação preliminar as dificuldades, ou ausência delas, no preenchimento da mesma. Serão definidas algumas questões como: quem detém a informação, estará a informação disponível, que deverá ser feito para garantir a recolha regular da informação?	Table III.ou III.7
Observatório do Clima da CPLP					
			Introdução/Moderação: TM e Clara Justino		
10:00	20'	A importância de dados do clima na CPLP e o Observatório do Clima da CPLP	Filipe Duarte Santos		Ligação virtual Speakers Microfone
10:20	20'	Apresentação da metodologia e equipas nacionais	Raquel Brito		
10:40	20'	Perguntas e Respostas	Pontos Focais de Ambiente e da Pontos Focais da Convenção do Clima e Equipa do Observatório		



11:00	15'	Definição de canais de comunicação e acompanhamento	Pontos Focais de Ambiente e da Pontos Focais da Convenção do Clima		
12:30		Almoço			
Entidades Nacionais, arranjos institucionais para financiamento e oportunidades junto aos mecanismos financeiros da Convenção (Fundo Global do Ambiente – GEF e Fundo Verde para o Clima - GCF e Fundo de Adaptação);					
14:00	10'	Introdução à sessão da tarde	TM		
14:10	15'	CBIT/GSP	Fátima / Miriam	Testarei o áudio e vídeo a partir das 13:45 com a Miriam	Fazer a tradução da Apresentação powerpoint Entrar na reunião Zoom https://us02web.zoom.us/j/87927155302?pwd=UkF5VXprQm9oRzBrV2ZBdVZIOVAvZz09
14:25	15'	PATPA Helpdesk	Simone		Apresentação powerpoint
14:40	20'	PNUD/ Climate Promise/ Bélgica GEF/GCF/ Fundo adaptação	Thiago		Apresentação powerpoint
15:00	30'	Q&A	TM e GC		



15:30	20'	Pausa			
15:50	60'	Necessidades, oportunidades e sinergias	TM e GC	Discussão facilitada, talvez precedida de trabalho em grupos nacionais. Nos primeiros 20 minutos distribuir nas duplas nacionais colocando em cartões as 4 prioridades nacionais; Cada país apresenta em 2 minutos e colando os cartões nas paredes (20 minutos); Nos 20 minutos finais re-organizasse os grupos para estabelecer o que poderia ser feito em mais de 1 país para somar forças para viabilizar a mobilização de recursos conjuntos entre os países do NL.	
16:50	20'	Mensagens-chave	GC	2 grupos com 1 representante de cada país, escrevem duas frases (máximo) com a principal mensagem / conclusão das discussões.	
17:10	20'	Apresentação das mensagens-chave	GC	Mensagens escritas em cartão colorido.	Mensagens afixadas no painel / parede em torno de um cartão previamente colado com referência a Financiamento
17:30	5'	Avaliação intermédia do evento	TM		
17:40		Encerramento do dia	SG		


Dia 3: Quarta-feira, 13 de julho, 2022

Hora	Duração	Nome do ponto de agenda	Facilitador / Orador	Notas substantivas e processuais	Notas técnicas de moderação
8:00	Abertura da sala				
8:30	10'	Abertura	GC e TM	Breve sumário do dia anterior Apresentação da agenda do dia	
8:45	15'	PATPA & PATPA Helpdesk	Simone		Apresentação powerpoint
9:00	10'	Q&A	SG		
9:10	20'	PNUD/ Climate Promise/ Bélgica GEF/GCF/ Fundo adaptação	Thiago		Apresentação powerpoint
9:30	10'	Q&A	Thiago		
9:40	60'	Necessidades, oportunidades e sinergias	TM e GC	Trabalho de grupo Nos primeiros 20 minutos distribuir nas duplas nacionais colocando em cartões as 4 prioridades nacionais para questões que poderiam ser apoiadas pelas 3 iniciativas apresentadas;	



				Cada país apresenta em 2 minutos e colando os cartões nas paredes (20 minutos); Nos 20 minutos finais reorganizam-se os grupos para estabelecer o que poderia ser feito em mais de 1 país para somar forças para viabilizar a mobilização de recursos conjuntos entre os países do NL.	
10:40	20'	Pausa			
11:00	20'			Apresentação ao plenário	
11:20	5'	Introdução ao tema	GC	Apresentar o tema e os objetivos da sessão	
11:25	30'	Apresentação de experiências de países que já tiveram revisões	Portugal Brasil	Mesa-redonda facilitada por GC. Questões serão partilhadas com representantes com alguma antecedência. Questões: - Quais foram os maiores desafios / dificuldades em participar numa revisão? E quais os principais benefícios / vantagens? - Alguma vez não foi possível chegar a acordo com a equipa de revisão relativamente a uma conclusão ou a uma recomendação ou área para capacity building? - As recomendações / áreas para capacity building da equipa de revisão são normalmente úteis para a melhoria dos relatórios? Normalmente a equipa de revisão identifica assuntos que o país desconhece ou normalmente confirma aquilo que já se sabia antes da submissão do relatório?	



12:00	10'	Perguntas e respostas			
12:10	15'	Apresentação sobre Revisão Técnica, flexibilidade e melhoria contínua	GC		
12:25	10'	Perguntas e Respostas			
12:35	10'	Planeamento para a melhoria continua	Portugal	Apresentação sobre Plano de Melhorias Metodológicas e relação do mesmo com resultado de revisões técnicas	
12:45	10'	Perguntas e respostas			
12:55	30'	Logotipos			
13:00	60'	Almoço			
14:00	10'	Introdução ao tema	TM		
14:10	15'	Expetativas dos países face ao mercado, pagamentos por resultados e	TM/GC	Partilhar as diferentes expetativas de cada país, de modo a que os restantes possam tê-las em conta nas discussões que se seguem.	



		apoios a adaptação			
14:25	15'	Nuvem: REDD, Pagamentos por Resultados, 6.2/6.4 e 6.8, ETF	TM	Apresentar um panorama geral de como as coisas funcionam e como estão interligadas.	Apresentação powerpoint
14:40	10'	Perguntas e Respostas			
14:50	15'	REDD e Pagamentos por resultados	TM	Apresentação mais detalhada de REDD e Pagamentos por Resultados	Apresentação powerpoint
15:05	15'	Perguntas e Respostas			
15:20	10'	Logotipos			
15:30	20'	Pausa			
16:00	15'	6.2 e 6.4	TM	Apresentação mais detalhada de 6.2 e 6.4	Apresentação powerpoint
16:15	10	Perguntas e Respostas			
16:25	15'	6.8 e Adaptation Benefits Mechanism	TM	Apresentação mais detalhada	Eventualmente AfDB apresenta ABM
16:40	15'	Perguntas e Respostas			



17:00		Encerrament o			
-------	--	------------------	--	--	--


Dia 4: Quinta-feira, 14 de julho, 2022

Hora	Duração	Nome do ponto de agenda	Facilitador / Orador	Notas substantivas e processuais	Notas técnicas de moderação
8:00	Abertura da sala				
8:30	10'	Abertura	GC e TM	Breve sumário do dia anterior Apresentação da agenda do dia	
8:40	20'	BTR Tool	SG		
9:15	40'	A caminho do Egito e trabalho do secretariado para a ETF	VG	Apresentação e Q&A	
10:00	60'	Discussão Facilitada	TM Vitor Gois Ferreira	Avaliação dos Resultados dos processos de negociação sobre Transparência e Adaptação até “Bonn Climate Change Conference” realizado em Junho de 2022 e Debate e definições sobre os próximos passos dos times dos países lusófonos frente ao processo de negociação e expectativas para o tema de Adaptação e Transparência na COP 27 no Egito.	
11:00	20'	Pausa			
11:20	30'	Discussão facilitada	TM	Necessidades de apoio: oportunidades para aproveitamento de sinergias entre as necessidades dos membros do Núcleo Lusófono	



11:50	30'	Discussão facilitada	TM	Sugestões para trabalho futuro do Núcleo Lusófono, incluindo sugestões para a agenda da reunião de Lisboa Incluindo explicar quais são os planos para a reunião de Lisboa Próximo Encontro: São Tome e Príncipe?	Partilhar agenda
12:20	75'	Almoço			
14:00	45'	Apresentação, discussão e aprovação da Declaração de Praia	Cabo Verde		
14:45	45'	Discussão facilitada sobre COP27	GC/TM		
15:30'	30'	Pausa			
16:00	45'	Discussão facilitada sobre COP27	GC/TM		
17:00	30'	Sessão de Encerramento			



ANEXO 3: Fotografias







ANEXO 4: Principais resultados dos trabalhos em Grupo

Angola

Documentos de planeamento e principais projetos de adaptação existentes no país que poderão servir de base para reportar informação sobre vulnerabilidade e adaptação

- Plano Nacional de Adaptação (em conclusão)
- Projeto de adaptação: comunidades e infraestruturas costeiras
- Integração da adaptação no sector da agricultura
- Ações de adaptação das comunidades e da vida selvagem nas áreas de conservação
- Programa de intervenção na situação de seca no sul de Angola

A informação relativa ao apoio necessário e apoio recebido está disponível? Se sim, quem a detém, se não o que é preciso fazer para que seja recolhida regularmente?

A informação está parcialmente acessível.

Os principais detentores da informação são:

- Governo: Ministérios da Energia; da Economia e Planeamento; da Cultura, Turismo e Ambiente; da Agricultura.
- Setor privado
- ONGs
- Parceiros Internacionais

As quatro principais necessidades do país

- Formação “on the job” sobre inventários
- Fatores de emissão nacionais
- Revisão dos relatórios (revisão de pares e preparação para análise / revisão técnica)
- Criação de base de dados
- Modelação, nomeadamente em LEAP
- Implementação do sistema de MRV

Brasil

Documentos de planeamento e principais projetos de adaptação existentes no país que poderão servir de base para reportar informação sobre vulnerabilidade e adaptação

- Relatórios do IPCC (Cenários / adaptação) – Sumários para Decisores Políticos
- Quarta Comunicação Nacional
- Estudos de vulnerabilidade
- Adapta Brasil (MCTI) www.adaptabrasil.mcti.gov.pt (Riscos de impactos)
- Publicações do Plano ABC (Agricultura Baixo Carbono) www.gov.br/agricultura/pt_br/assuntos/sustentabilidade/plano_abc
- Plano Nacional de Adaptação atualizado

A informação relativa ao apoio necessário e apoio recebido está disponível? Se sim, quem a detém, se não o que é preciso fazer para que seja recolhida regularmente?

O Brasil não rastreia com precisão o apoio prestado a outros países. No que diz respeito ao apoio recebido, a informação é facilmente acessível.

O desenvolvimento (em curso) do sistema de MRV de emissões e de ações irá tornar processo de recolha ainda mais eficiente.

A criação de um observatório de iniciativas climáticas, incluindo o apoio recebido e prestado com a participação de ONGs e o sector privado.

As quatro principais necessidades do país

Capacitação – sistema de MRV (CBIT)

CN e BTR – GEF STAR Allocation

Aprimorar o monitoramento do uso do solo – GSP

Estudos / cases – degradação e inventários GEE (fatores de emissão nacionais) – HelpDesk

Cabo Verde

Documentos de planeamento e principais projetos de adaptação existentes no país que poderão servir de base para reportar informação sobre vulnerabilidade e adaptação

- DECRP III: Documento Estratégia para o Crescimento e Redução da Pobreza
- PANA II: Plano de Ação Nacional para o Ambiente
- ENRRD: Estratégia Nacional de Redução de Riscos e Desastres
- PDES I e II
- Estudo de vulnerabilidade dos setores face às mudanças climáticas
- PLENAS: Plano Estratégico Nacional de Água e Saneamento
- ENAP: Estratégia Nacional de Áreas Protegidas
- PENGERR: Plano Nacional de Resíduos (2015-2030)
- 1ª, 2ª e 3ª Comunicação Nacional
- NAPA
- NAP
- REFLOR
- NDC

A informação relativa ao apoio necessário e apoio recebido está disponível? Se sim, quem a detém, se não o que é preciso fazer para que seja recolhida regularmente?

A informação está parcialmente acessível e é detida por diferentes entidades públicas (MF, BCV, MNE, MAA, DNP) e privadas (ONGs).

Importa trabalhar no acesso do público a esta informação, bem como na criação de indicadores de seguimento para avaliar o impacto do apoio recebido.

As quatro principais necessidades do país

- Formação em diretrizes do IPCC e no software de estimativa de emissões (CBIT)
- Revisão do inventário GEE e do BUR (Helpdesk)
- Apoio na elaboração de um roteiro para a elaboração do BUR e da CN4 (BTR tool)
- Formação para stakeholders envolvidos no processo.

Guiné-Bissau

Documentos de planeamento e principais projetos de adaptação existentes no país que poderão servir de base para reportar informação sobre vulnerabilidade e adaptação

- PANA
- 3ª Comunicação Nacional
- BUR
- NDC
- Projetos
 - Agricultura inteligente
 - Zonas Costeiras
 - IBAP – Conservação
- PNGA

A informação relativa ao apoio necessário e apoio recebido está disponível? Se sim, quem a detém, se não o que é preciso fazer para que seja recolhida regularmente?

De um modo geral a informação está disponível, mas não existe uma base de dados onde se pode encontrar facilmente.

A informação pode ser obtida através dos coordenadores dos projetos ou dos responsáveis das instituições envolvidas.

Não existe nenhuma entidade única que detenha esta informação

É necessário criar uma unidade de gestão de projetos (um observatório do clima) a fim de poder registar e controlar todos os projetos climáticos que beneficiam de financiamento.

É necessária a capacitação de todas as entidades envolvidas no relato dos dados.

É necessário haver legislação que obrigue todas as entidades (incluindo ONGs) que recebem financiamento para projetos com componentes climáticas a reportar essa informação para os ministérios do ambiente e das finanças.

As quatro principais necessidades do país

Inventário Florestal Nacional

Iniciativa-piloto para o mapeamento e rastreamento de ações climáticas no país

Capacitação setorial para a integração e financiamento da transparência climática

Formação em inventário de GEE

Guiné Equatorial

Documentos de planeamento e principais projetos de adaptação existentes no país que poderão servir de base para reportar informação sobre vulnerabilidade e adaptação

Documentos

- Plano Nacional de Adaptação

- Programa de Ação Nacional de Luta contra a desflorestação e a degradação

Projetos

- Agricultura inteligente
- Projeto de uso de energias renováveis
- Projeto de sensibilização relativamente ao uso de pesticidas
- Projeto de sensibilização ambiental

Projetos Financiados

- Projeto de uso de energias renováveis
- Projeto de conservação de zonas húmidas
- Projeto de criação de zonas verdes
- Projeto de economia verde e azul

A informação relativa ao apoio necessário e apoio recebido está disponível? Se sim, quem a detém, se não o que é preciso fazer para que seja recolhida regularmente?

A informação disponível poderá ser encontrada no site do Fundo Verde para o Clima <https://fvcguineaecuatorial.org>. A informação é igualmente detida pelas entidades que formam o comité técnico nacional intersectorial.

Como ações prioritárias para a recolha regular desta informação:

- Criação do Observatório Climático
- Criação de uma plataforma ou ferramenta que permita a troca de experiências entre os países do Núcleo Lusófono
- Criação de comités de verificação e transparência dos financiamentos recebidos

As quatro principais necessidades do país

- Criar observatório nacional climático que recolha dados, planos, projetos e materiais em temas ambientais
- Incorporar novas tecnologias na luta contra as mudanças climáticas, nomeadamente as energias renováveis
- Capacitação na área de inventário de GEE.
- Assistência técnica e capacitação de recursos humanos em matérias de transparência e adaptação às mudanças climáticas

Moçambique

Documentos de planeamento e principais projetos de adaptação existentes no país que poderão servir de base para reportar informação sobre vulnerabilidade e adaptação

- 1ª e 2ª Comunicações Nacionais
- IGEE
- BUR
- NDC
- NAP
- PLAs
- Planos Estratégicos Setoriais
- Portal Integrado de Mudanças Climáticas – MOZ Climate Data
- Parceiros de cooperação
- MEF (DNPO) + MTA (DMC)
- Estudos do INGD

**A informação relativa ao apoio necessário e apoio recebido está disponível?
Se sim, quem a detém, se não o que é preciso fazer para que seja recolhida regularmente?**

A informação está acessível, todavia é preciso melhorar os mecanismos de controle.

As entidades que detêm a informação são:

- MEF
- FNDS
- FUNAE
- Setor Privado
- ONGs

As ações prioritárias são:

- Implementação efetiva dos arranjos institucionais

As quatro principais necessidades do país

- Apoio para preparação do BTR e da CN (CBIT)
- Criação de base de dados
- Elaboração dos PPA
- Fatores de emissão
- Ações de rastreamento da NDC, ENAMMC e NAP
- Implementação dos PLAs e do NAP

Portugal

Documentos de planeamento e principais projetos de adaptação existentes no país que poderão servir de base para reportar informação sobre vulnerabilidade e adaptação

- Estratégia Nacional de Adaptação 2025 (setores e vulnerabilidades)
- Programa de Ação para Adaptação às Alterações Climáticas: Ações prioritárias
- Roteiro de Adaptação 2100 (Cenários climáticos, vulnerabilidades, impactes, custos, investimentos)
- Lei de Bases do Clima (instrumentos de planeamento regional e local)
- Resultados do Quadro de Financiamento da EU em termos de implementação de medidas de adaptação

São Tomé e Príncipe

Documentos de planeamento e principais projetos de adaptação existentes no país que poderão servir de base para reportar informação sobre vulnerabilidade e adaptação

Documentos

- 3ª Comunicação Nacional
- NDC
- Plano de Implementação da NDC
- NAP (em curso)
- NAPA

- Planos distritais de redução da vulnerabilidade
- Plano Multisetorial de investimento

Projetos

- Reforço da resiliência e da capacidade de adaptação às mudanças climáticas
- Restauração de ecossistemas
- Proteção de zonas costeiras
- WACA Project (West Africa Coastal Areas Resilient Investment)
- Projeto biodiversidade e gestão sustentável de terras e recursos naturais
- Projeto de apoio à segurança alimentar

A informação relativa ao apoio necessário e apoio recebido está disponível? Se sim, quem a detém, se não o que é preciso fazer para que seja recolhida regularmente?

A informação está parcialmente disponível. É detida, principalmente, pela Direção do Planeamento, pela Direção Geral do Ambiente, por parceiros internacionais e por ONGs.

As ações necessárias para melhorar a recolha incluem:

- Criação de legislação que obrigue a que todos os apoios recebidos sejam inscritos numa entidade que se responsabilize pelos mesmos.
- Recolha de informação discriminado o tipo de apoio recebido:
 - Mitigação
 - Adaptação
 - Apoios indiretos às mudanças climáticas
 - Apoios transversais

As quatro principais necessidades do país

- Capacitação em matéria de incertezas do IGEE
- Inventário Florestal: definição de fatores de emissão específicos
- Criação de Observatório Climático Nacional
 - Mitigação
 - Adaptação
 - IGEE
 - Financiamento climático

Timor Leste

Documentos de planeamento e principais projetos de adaptação existentes no país que poderão servir de base para reportar informação sobre vulnerabilidade e adaptação

Documentos

- NAPA
- 1ª e 2ª Comunicações Nacionais
- NDC
- Estudo de Avaliação de Vulnerabilidade Integrado
- Política de Alterações Climáticas (para aprovação do Conselho de Ministros)

Projetos

- Reabilitação de sistemas costeiros (mangais)
- Projeto de instalação de sistemas de água

A informação relativa ao apoio necessário e apoio recebido está disponível? Se sim, quem a detém, se não o que é preciso fazer para que seja recolhida regularmente?

(ininteligível)

As quatros principais necessidades do país

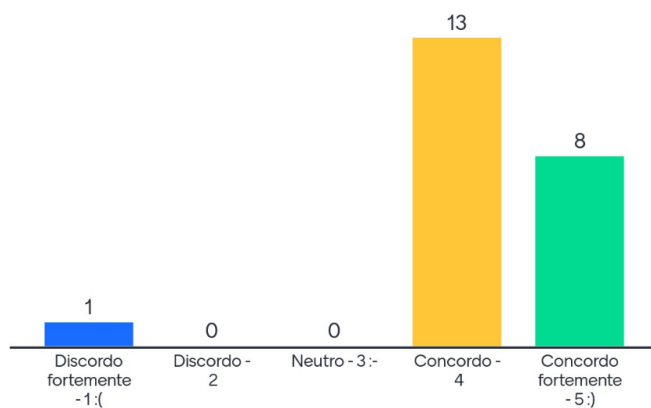
- Concluir Avaliação de Vulnerabilidades Integrado
- Mitigação: reflorestação
- Adaptação: corais
- Criar leis para a reconstrução de partes destruídas por fenómenos extremos
- Sensibilização para a participação ativa

ANEXO 5: Avaliação do evento

Avaliação intermediária no segundo dia:

Até agora, sessão foi bem estruturada e fácil de seguir.

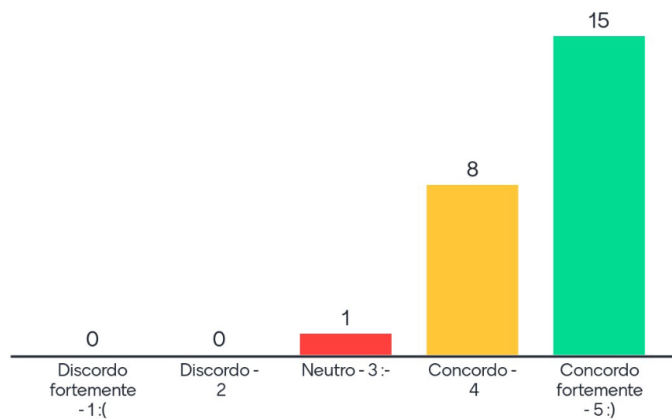
Mentimeter



22

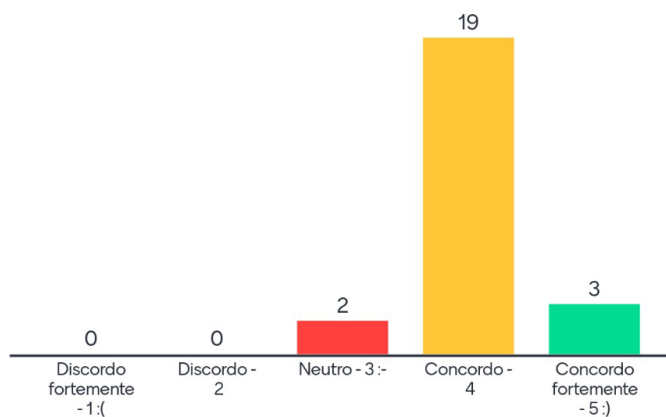
Houve possibilidades suficientes para participar e interagir.

Mentimeter



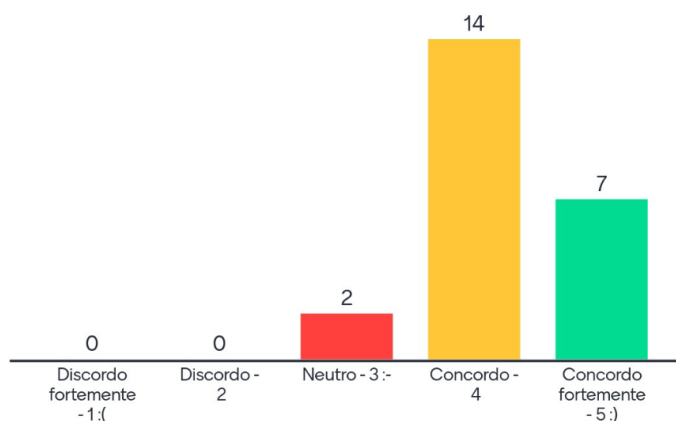
Informações claras e precisas foram veiculadas nas apresentações.

Mentimeter



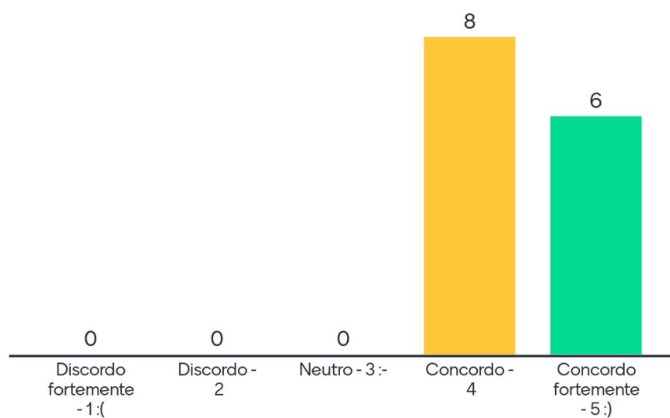
O(s) tema(s) tratado(s) trouxe(m) lições importantes para meu trabalho.

Mentimeter



O(s) tema(s) tratado(s) trouxe(m) lições importantes para meu trabalho.

Mentimeter



Sugestões para os restantes dias...

Mentimeter

Está tudo bem. Não existe nenhuma sugestão	Acho que está tudo decorrendo muito bem ate agora, nada a apontar	Que o trabalho continue com esta dinamica! Parabéns.
Colocar os Países a partilhar experiencias em apresentações	Sem sugestões, está tudo ok	Gerir a temperatura da sala! O resto da dinamica esta perfeita! Parabéns! Recomendo a partilha das apresentações feitas durante este workshop.
Seguir com a agenda conforme previsto	1) Criar um share point para partilha de documentos 🤗🤗🤗🤗	Por enquanto, ainda nenhuma sugestão 😊😊😊😊

Sugestões para os restantes dias...

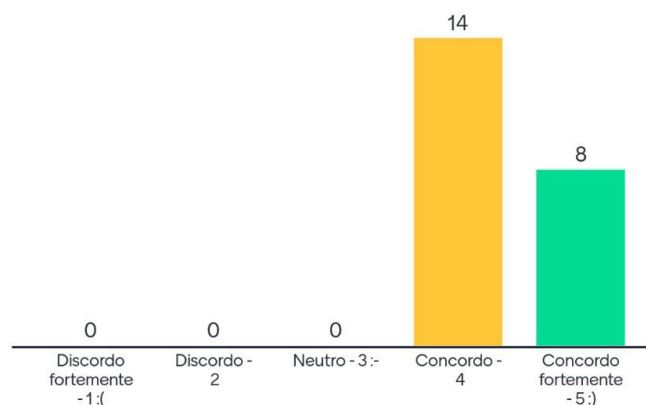
Mentimeter

Incluir todos os participantes no grupo de whatsapp	Más participación de todos	O coffee break deve ser organizado numa sala a parte!
Nao ha a referenciado. Sem sugestões	continue fazendo com que os participantes interajam	Partilhar os slides, e rever a temperatura da sala.
Nada por agora....	Sem sugestões!	Um tomate. Dois tomate! lá se foi o anonimato

Avaliação final:

O Encontro Lusófono foi bem estruturado e fácil de seguir.

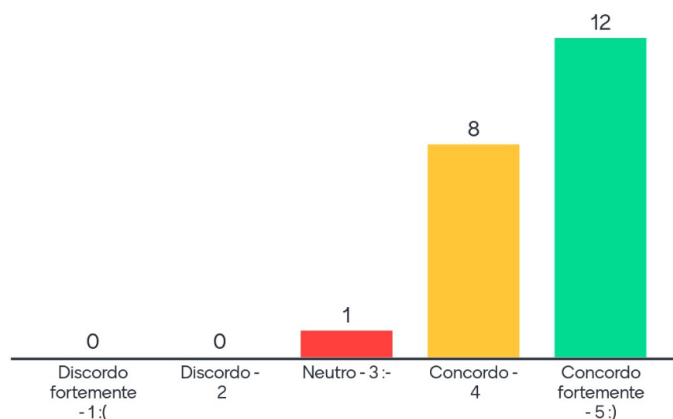
Mentimeter



22

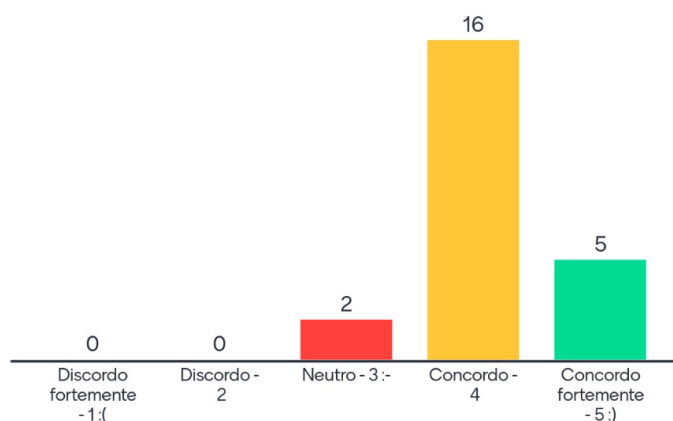
Houve possibilidades suficientes para participar e interagir.

Mentimeter



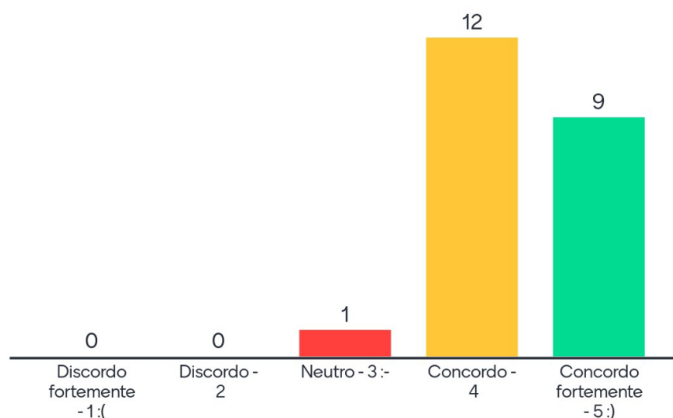
Informações claras e precisas foram veiculadas nas apresentações.

Mentimeter



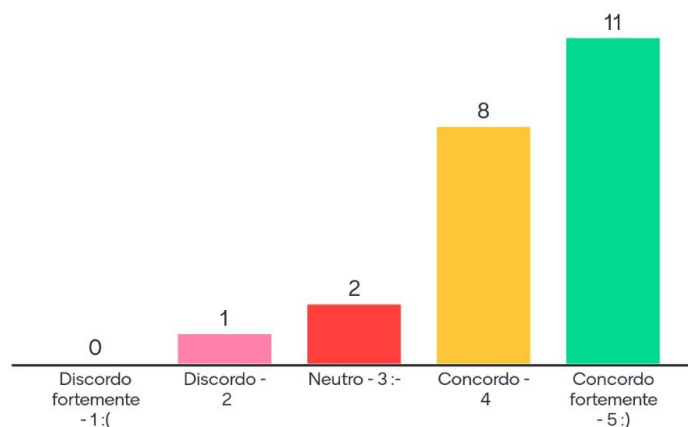
O(s) tema(s) tratado(s) trouxe(ram) lições importantes para meu trabalho.

Mentimeter



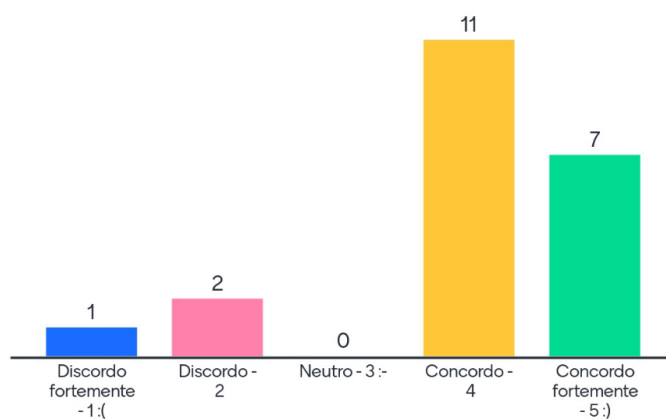
Este Encontro Lusófono teve um impacto positivo no meu trabalho/tarefas de trabalho.

Mentimeter



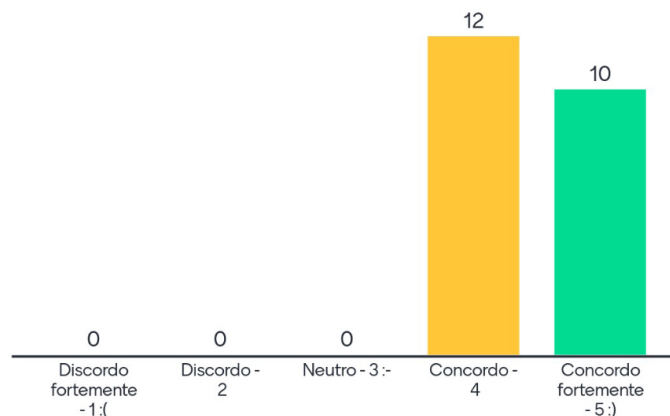
A organização do encontro pareceu competente e profissional.

Mentimeter



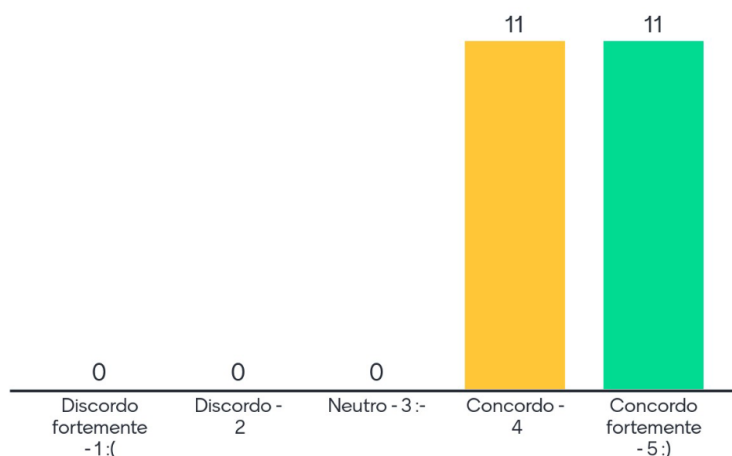
A facilitação das discussões pareceu competente e profissional.

Mentimeter



Estou satisfeita(o) com este encontro.

Mentimeter



Numa pequena frase, descreva o que terá sido a principal aprendizagem que leva deste encontro para a sua vida profissional (e pessoal, porque não?).

Mentimeter

Conhecimento	UNIDOS SOMOS MAIS FORTES	Sinergia Lusófona
Troca de experiências	Juntos somos mais fortes. Obrigado	A minha pátria continua a ser a língua portuguesa
Partilha de experiências Enriquecimento	Necessidade de muito trabalho para melhorar a compreensão destes assuntos.	Artigo 6 é uma falácia

Numa pequena frase, descreva o que terá sido a principal aprendizagem que leva deste encontro para a sua vida profissional (e pessoal, porque não?).

Mentimeter

terminar onde esta quando terminar o prazo pois é um processo contínuo	A união faz a força.	Língua Portuguesa
Mais conhecimentos sobre o núcleo lusofono	conhecimento e união entre a lusofonia	Conhecimento sobre o artigo 6 do Acordo de Paris.
Melhor compreensão das estratégias e dos processos	É muita política	Otimização dos processos em curso em Mudanças Climáticas e a União faz a Força...

Numa pequena frase, descreva o que terá sido a principal aprendizagem que leva deste encontro para a sua vida profissional (e pessoal, porque não?).

Mentimeter

Somos diferentes mas os desafios que enfrentamos são comuns

O encontro é muito importante

Los temas de adaptación climática y el interés de los países lusófonos en mejorar sus países en temas climáticos.

A união faz a força

Sugestões para próximos Encontros...

Mentimeter

O Dsa deve ser entregue no local da reunião

Periodo unico de trabalho

Mais apresentações por parte dos países

Mais elementos da sociedade civil a participar no encontro

Mas tiempo para el seminario

Aumentar o numero de dias para 5

Melhoria na logística de atribuição d DSA

Apresentação dos ganhos obtidos nos projetos

Mais trabalhos em comum entre os países

Sugestões para próximos Encontros...

Mentimeter

Tempo de Pitch de pelo menos 1 minuto

Mais dias

Que o proximos encontros continuem com essa excelente qualidade.

Más tiempo de preparación en la logística para venir mejor preparados.

Mais encontros virtuais para que possam permitir a mais pessoas participarem do encontro. Encontro em Lisboa se pode ser também virtual

Preparação atempada optimizado alternativas online

Do modo geral foi tudo muito bom

Sessões para casos práticos dos países

O horário poderia ser continuo com um lanche ao meio da manhã e almoço mais antes de sair. Poder-se-ia trazer mais casos mais focados e exemplos de outros países fora da CPLP mas que possam trazer lições aprendidas.

Sugestões para próximos Encontros...

Mentimeter

Muito enriquecedor

criar uma plataforma para a partilha de documentos e informações relevantes

Melhor a organização o pagamento de DSA

Muito pratico, excelente semana de trabalhoPartilha de plano de atividade do núcleo.

no local do evento estava tudo perfeito, o hotel e muito bom, as refeições são ótimas. o meu descontentamento é somente em relação a equipa de pagamento do DSA

ANEXO 6: Declaração de Praia

Declaração de Praia

Avançar na implementação do Acordo de Paris: transparência da ação e financiamento climático num contexto de cooperação técnica entre os países lusófonos.

Os representantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, reunidos no 3º Encontro Presencial do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência no Acordo de Paris, na Cidade da Praia, Cabo Verde, nos dias 11 a 14 de Julho de 2022;

Reconhecendo a urgência da ação de luta contra a crise climática, através da redução da emissão de gases com efeito de estufa e da adaptação aos impactos adversos das alterações climáticas;

Notando que a cooperação técnica, incluindo a partilha de conhecimento, tecnológica e financeira entre os países de expressão portuguesa é fundamental para a prossecução dos objetivos do Acordo de Paris;

Afirmando que a transparência da ação climática e do apoio prestado ou recebido é fundamental para promover a ambição na redução de emissões e para reduzir a vulnerabilidade dos países, ecossistemas e comunidades aos impactos adversos das alterações climáticas;

Enfatizando os desafios que os Estados-Membros da CPLP, em particular os de menores recursos e com maiores fragilidades em termos de capacidade institucional, enfrentarão na transição para o Quadro de Transparência Aumentada do Acordo de Paris, que pressupõe a publicação bienal de informação sobre emissões, mitigação, vulnerabilidade, adaptação, perdas e danos e apoio prestado ou recebido e a respetiva revisão por parte de equipas das Nações Unidas constituídas por especialistas internacionais;

Notando que é fundamental a nomeação, por parte dos Estados-Membros, de técnicos que integrem as equipas de especialistas referidas acima, para aumentar as possibilidades de existir pelo menos um especialista que fale português na revisão dos Relatórios Bienais de Transparência dos Estados-Membros e notando ainda que a participação nestas equipas constitui uma importante oportunidade de aumentar o conhecimento técnico que poderá posteriormente ser aplicado internamente;

Reconhecendo que os Relatórios Bienais de Transparência, em virtude da informação que veiculam, se constituirão como uma peça fundamental na captação, monitorização e avaliação dos resultados do investimento climático, em particular na forma de cooperação internacional;

Afirmando a importância da submissão atempada dos Relatórios Bienais de Transparência, num contexto de melhoria contínua e da aplicação de flexibilidade na implementação das diretrizes de transparência por parte dos países que dela necessitem;

Exprimindo um voto de agradecimento aos governos de Cabo Verde, à Parceria para Transparência no Acordo de Paris (PATPA), uma iniciativa financiada pela Alemanha, a Bélgica e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento pelo apoio prestado à organização deste encontro, bem como ao Luxemburgo pelo apoio na visita de campo;

Apelam a todos os Estados-Membros da CPLP:

- que continuem a apoiar os trabalhos do Núcleo Lusófono da Parceria para a Transparência no Acordo de Paris, disponibilizando recursos técnicos, tecnológicos e financeiros para suportar a agenda de trabalhos ambiciosa que se perspetiva nos curto e médio prazos,
- que continuem a trabalhar no sentido de reconhecer a relevância do Núcleo Lusófono da Parceria para Transparência no Acordo de Paris no contexto da CPLP, enquanto instância de partilha e construção de conhecimento na temática da mudança do clima, bem como de promover a realização de atividades que contribuam para o combate às mudanças climáticas e aos seus impacto, num contexto de cooperação técnica entre seus respetivos Estados-Membros, no âmbito e estrutura de transparência aprimorada.

Praia, 14 de Julho de 2022

Deutsche Gesellschaft für
Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Sitz der Gesellschaft
Bonn und Eschborn

Dag-Hammarskjöld-Weg 1-5
65760 Eschborn/Deutschland
T +49 61 96 79-0
F +49 61 96 79-11 15
E info@giz.de
I www.giz.de